

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PARCERIAS  
DIRETORIA DE ESTRUTURAÇÃO DE DESESTATIZAÇÃO - SMP  
DESPACHO**

**Ata da Audiência Pública**

PPP Novo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas

Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) destinada à celebração de Concessão Administrativa para a construção e operação do novo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV). A concessão contempla obra civil, processo de licenciamento e construção, investimento e implantação da infraestrutura e equipamentos mobiliários clínicos e administrativos e fornecimento de serviços de apoio à assistência à saúde, como recepção, portaria, lavanderia, limpeza, alimentação e nutrição com o valor estimado de R\$605 milhões.

**Data:** 12 de abril de 2024 (sexta feira)

**Horário:** 19:00

**Local:** Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255.

Presidência: Secretário Adjunto de Parcerias, Jorge Murgas; Secretária Municipal de Parcerias, Ana Maria Pellini.

**Composição da Mesa Diretora:**

- **Associação dos Servidores do Hospital Presidente Vargas:** Marco Antônio Brignol (Diretor Geral)
- **Secretaria Municipal de Saúde:** Fernando Ritter (Secretário); Cesar Sulzbach (Secretário Adjunto)
- **Hospital Materno Infantil Presidente Vargas:** Cincinato Fernandes Neto (Diretor geral)

**Em apoio à realização da Audiência Pública, compareceram, também:**

- **Câmara de Municipal de Porto Alegre:** Roberto Robaina (Vereador PSOL); Jonas Reis (Vereador PT)
- **Sindicato Médico do Rio Grande do Sul:** Vinícius Ferigato Exposto de Melo (Diretor)

No dia 12 de abril de 2024 foi realizada a Audiência Pública, tendo por objeto tratar da concessão administrativa da construção e operação do novo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. A audiência ocorreu em formato híbrido, com a participação de maneira virtual dos interessados, através da plataforma Zoom, e de contribuições do público que estava fisicamente presente.

Neste documento estão incluídas as apresentações utilizadas na referida Audiência Pública e as perguntas transcritas das falas dos participantes que estavam fisicamente presentes, bem como as respectivas respostas que foram apresentadas.

Após introdução da mesa diretora e outros presentes na Audiência, foi realizada a leitura do Regulamento e explicação da dinâmica de Audiência híbrida. Em seguida, a Secretária Ana Pellini saudou os presentes, contextualizou o projeto de construção e enfatizou sua importância, que há muitas décadas se tenta implementar um novo hospital, com as condições ideais e uma maior qualificação da equipe.

Após a fala da Ana, o Dr. Cincinato, diretor geral do Hospital, comentou sobre as metas para o novo hospital, como o aumento da complexidade, dez leitos de UTI adulto, mais duas portas de entrada (uma para emergência psiquiátrica e outra para emergências ginecológicas). Também ressaltou sobre o serviço de bata cinza, no qual a gestão permanecerá na Secretaria Municipal de Saúde, mas o Hospital não será mais envolvido nos contratos.

Por fim, a fala do Marco Brignol, diretor da Associação dos Servidores do Hospital Presidente Vargas, começou com a saudação aos presentes e apresentação de alguns pedidos, como a garantia do emprego dos servidores municipais e dos trabalhadores da PUC no novo complexo, e a permanência de algumas instalações no novo Hospital, como o CRAI e o ambulatório de odontologia infantil.

A apresentação, disponível no Anexo I deste documento, começa com o Secretário Municipal Adjunto de Parcerias, Jorge Murgas, explicando os benefícios do projeto, como a ampliação da área do HMIPV em 16.000 m<sup>2</sup> e o aumento da capacidade de atendimento com a previsão de mais 28 leitos, bem como demonstra as responsabilidades e serviços do parceiro privado. Sobre os investimentos, o Secretário explica que o projeto inicial de construção está designado em R\$448,6 milhões, cujas obras serão executadas no período de três anos. Sobre esse investimento inicial, o poder público irá aportar R\$300 milhões e o parceiro privado, durante a construção, será responsável por R\$148 milhões.

Ao longo do contrato há a previsão de reversão do capital privado de R\$150 milhões, que receberá através da contraprestação, cujo valor estimado é de R\$10,2 milhões, o que tende a reduzir, explica o Secretário, considerando o critério de julgamento da licitação de menor valor da contraprestação. Por fim, agradece a equipe de saúde pela consulta pública realizada anteriormente.

Após o término da apresentação, a Mesa Diretora recebeu os questionamentos dos participantes – apresentados no Anexo II deste documento, os quais foram respondidos verbalmente, ato subsequente. Não havendo outros questionamentos, a condução da Audiência Pública foi retomada pela Mesa Diretora para encerramento.

Após os agradecimentos realizados, foi assegurado aos presentes que o processo será observado por diversas partes para a tomada de decisão, ressaltando que o foco é a pessoa doente.

### **Anexo I – Apresentações realizadas na Audiência Pública**

Abaixo, os slides em que constituíram as apresentações realizadas durante a Audiência Pública:

# O NOVO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS



porto  
alegre  
PREFEITURA  
Mais cidade. Mais vida.

## O PROJETO

Parceria para construir um novo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV)



Parceirização administrativa



Hospital 100% destinado ao SUS



Serviços e manutenção feitos pelo parceiro

## NOVO LOCAL ESCOLHIDO

ERICO VERISSIMO, 100 - TERRENO DO MUNICÍPIO



## OS BENEFÍCIOS



Contrato de **Longo Prazo** único para **investimentos e operação**



Sinergia entre **projeto e obra**



**Remuneração** vinculada ao **desempenho**



Melhor **qualidade** na entrega do **serviço público**



**Compartilhamento** de **riscos**



*Value for Money* – maior **eficiência de custos**



Compartilhamento da **eficiência operacional** do setor privado



Recebimento de **bens reversíveis**

## PROJETO PREVISTO

PERSPECTIVA  
ÁREA FRONTAL



## NOVA INFRAESTRUTURA PREVISTA



### **Pavimento térreo - Atendimento de Urgência/Emergência**

Prévio atendimento do indivíduo para realização de classificação de risco



### **Pavimento térreo - Apoio Diagnóstico**

Atendimento necessário para realização do procedimento que o paciente será submetido



### **Primeiro Pavimento - Centro Cirúrgico**

Transferência de pacientes de forma rápida e eficiente das unidades de internação e UTI para as salas cirúrgicas



### **Segundo Pavimento - UTI**

Acomodação em box individual com direito a acompanhante, monitoramento e assistência em tempo integral



### **Quarto, quinto e sexto pavimento - Internação**

Pavimento com acesso independente pelo térreo, com quartos equipados e com postos de enfermagem de fácil acesso ao acompanhante

## AUMENTO DE LEITOS PREVISTO



## COMPARATIVO DE LEITOS

	Atualmente		Com a PPP
+	Internação (Alojamento conjunto) - mãe bebê	26	26
	Internação Ginecológica inclusas patologia de gestação	19	+ 7 leitos → 26
	Internação Pediátrica	50	50
+	Internação Psiquiátrica	24	24
	Leitos Pré-parto (6 PPP + 4 PP)	8	+ 2 leitos → 10
+	UCI Canguru	5	+ 5 leitos → 10
	UCI Neonatal	20	20
!	UCI Adulta	0	+ 10 leitos → 10
	UTI Neonatal	20	20
!	UTI Pediátrica	16	+ 4 leitos → 20
	<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>+ 28 leitos → 216</b>

## RESPONSABILIDADES DO PARCEIRO

- 1 Elaboração dos **projetos de engenharia e arquitetura** necessários
- 2 **Construção e implantação** do Complexo Hospitalar do novo HMPV
- 3 Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção de **equipamentos médico-hospitalares**
- 4 Fornecimento, instalação, atualização e **manutenção dos mobiliários** necessários
- 5 Prestação dos Serviços "**Bata Cinza**"
- 6 Obtenção, aplicação e gestão dos **recursos financeiros** necessários à execução do objeto



## EXEMPLOS DE SERVIÇOS QUE O PARCEIRO FARÁ

- Logística de medicamentos e materiais
- Órteses e Próteses
- Instrumentais
- Serviços administrativos
- Help desk, portaria e recepção
- Vigilância e Segurança Patrimonial
- Circuito Interno de Imagens
- Hotelaria, lavanderia e rouparia
- Nutrição e dietética
- Engenharia e manutenção predial
- Manutenção equipamentos
- Conservação e jardinagem
- Manutenção sistema de TI e Telemedicina
- Manutenção Sistema de Gases Medicinais
- Transporte Externo de Pacientes
- Limpeza e Higiene Hospitalar
- Logística Hospitalar de Resíduos

## INVESTIMENTO E GANHO DE ÁREA

### NOVO EDIFÍCIO E EQUIPAMENTOS

Investimento **inicial**  
**R\$ 448,6 mi**  
(em 3 anos 2024-2026)

Investimento **total**  
**R\$ 605,43 mi**  
(em 20 anos)

**+16.279 m<sup>2</sup>**  
**de área no novo**  
**HMIPV (+97%)**

## SISTEMA DE PAGAMENTO



## APORTES DO MUNICÍPIO PARA A OBRA

2024

R\$ 4.464.891,14

2025

R\$ 142.395.779,28

2026

R\$ 153.139.239,58

TOTAL

R\$ 300.000.000,00

## CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL DO MUNICÍPIO



R\$ 10,2 mi



Passível de desconto  
na licitação

## AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PARCEIRO

Vinculação da receita da concessionária  
com o bom cumprimento dos serviços

Garantia de eficiência e qualidade do  
serviço prestado



Indicadores de  
desempenho  
específicos para  
cada serviço

## REGRAS DA LICITAÇÃO PARA APURAR O PARCEIRO

### Modalidade de licitação

Concorrência Pública

### Condições de participação

- (a) Pessoas Jurídicas brasileiras ou estrangeiras
- (b) Isoladamente ou consorciadas

### Critério de julgamento

Menor valor da contraprestação a ser paga pela prefeitura



## PRÓXIMOS PASSOS



**1º sem/24**

Encaminhamento dos estudos para o TCE



**2º sem/24**

Licitação do projeto

### Anexo II – Questionamentos Audiência Pública

As contribuições foram todas realizadas presencialmente, pelo público que se inscreveu durante a apresentação. Foram as contribuições:

<p>Maria Inês Flores – Conselho Municipal de Saúde</p>	<p>Boa noite a todas as pessoas presentes, cumprimentando o secretário e cumprimento à mesa. Vou fazer um breve histórico do hospital, porque ele foi municipalizado no ano 2000, uma luta da cidade de Porto Alegre capitaneada pelo Conselho Municipal de Saúde. Lembrar que no ano de 2018, nós recuperamos para o município de Porto Alegre 45 milhões reais, que era uma dívida do governo federal com o município de Porto Alegre. Esse dinheiro foi para o Fundo Municipal de Saúde e, desse dinheiro, no ano de 2022, o prefeito usou 29 milhões para a educação, que Vereador Roberto Robaina e Vereador Jonas, inclusive, teve uma CPI nessa casa. Então nós queremos saber quando que esse dinheiro vai ser devolvido para a saúde de Porto Alegre, porque esse é o papel do Conselho Municipal de Saúde.</p> <p>Quanto aos questionamentos, nós queremos saber e valorizar o trabalho que hospital municipal Materno Infantil Presidente Vargas oferece para a população de Porto Alegre. O serviço para as crianças e para as mulheres. E lembrar o serviço para a mulher que sofre violência - é um hospital que tem excelência em atender a mulher que sofre violência - então, os questionamentos são: a equipe de profissionais que vão atender nos próximos 20 anos, serão municipalizadas? Vai ser feito concurso porque vai ser ampliado o serviço? Vai ser feito concurso para que novos profissionais atendam junto com esses que já são remanescentes do governo federal, que ainda são municipais e da PUC ou vai ser ainda uma quarta empresa terceirizada que vai entrar nesse projeto?</p> <p>Outro questionamento é o que será feito com aquele prédio do hospital ali? É uma é um prédio que é numa área muito valorizada, então a gente quer saber. Claro que a gente entende que, hoje, aquele prédio já não tem mais condições nem físicas para o que precisa hoje - de aparelhos, de energia e tudo mais. Mas queremos saber qual vai ser o destino daquele prédio ali, porque aquele prédio é fruto também da luta do Conselho Municipal de Saúde. Muito obrigada.</p>
	<p>Boa noite a todos e todas que participam dessa audiência, secretários. Eu conheço o Jorge há bastante tempo, sei que ele está à frente desse projeto, Jorge sabe que eu tenho muita estima por ele, mas, eu vejo Jorge, falo aqui para os secretários todos, Fernando, para o presidente do Presidente Vargas, para o Marcos, que é da associação e que demonstrou preocupação com os servidores, que é uma preocupação óbvia que nós devemos ter. Mas eu tenho uma preocupação que vai além disso. Primeiro Jorge, por que eu falo de uma certa forma informal, porque, nós, para mim são coisas inconcebíveis, eu te</p>

Roberto Robaina -  
Vereador

confesso. Um projeto dessa envergadura, o governo tem que ganhar eleição de novo, esse é o primeiro ponto. O prefeito Sebastião é candidato à reeleição, antes, discutir o projeto é lícito, como não vai ser discutido, mas é preciso ganhar eleição de novo, porque, do contrário, óbvio, o tema das parcerias, nós temos um Estado hoje com a capacidade de investimento muito limitada. Então as parcerias públicas-privadas quase que foram impostas por uma lógica de ajuste fiscal, por uma falta de capacidade do Estado e por uma ideologia que tem no Brasil de que o Estado não pode tributar, não pode arrecadar. O Brasil tem uma ideologia que, mais ou menos, acha que se pode ter o serviço público, mas não ter arrecadação pública. Então falou em taxa, falou em imposto, ninguém quer discutir, enquanto na verdade é óbvio que a carga tributária é terrivelmente desigual, então os trabalhadores são mega afetados, mas as elites do Brasil praticamente não pagam imposto, praticamente não sustentam o Estado, então o Estado desse jeito não tem como ter capacidade de investimento. Então qualquer investimento o a lógica vem na mesma hora. Então tá, você tem que investir então tem que ser investimento privado é isso, ou seja, como a elite brasileira, a grande burguesia não paga imposto, é quase a confirmação da tese: já que eles não sustentam o Estado, o Estado não tem capacidade de financiamento, logo, os negócios são feitos por eles mesmos, são os que fazem os negócios. É a própria burguesia que faz negócio e muitos desses negócios são as tais empresas terceirizadas que, na verdade, parasitam o Estado. Então qualquer plano de parceria pública e privado tem que tremendo controle. Agora nós estamos em uma CPI, se pode lembrar a CPI da Educação, na CPI da educação nós tivemos uma secretária presa, eu acho que nós vamos ter mais, não é do governo de outro mundo, é de um governo e da Secretaria de Educação agora. Eu fiz denúncias de corrupção no DEMAI, do diretor presidente que ficou dois anos, o Alexandre Garcia. Fiz denúncia, apresentei denúncia e o Ministério Público tá investigando. Não, não tá muito bem, agora tem uma CPI sobre Equatorial na Câmara, Equatorial é empresa privada que contrata empresas que formam mão de obra e que estão fraudando a formação de mão de obra e ganham quase R\$10.000 por trabalhador. Bem, eu digo isso porque eu acho que tem que ter muito cuidado para debater esse assunto, nós estamos falando de milhões de reais, nós estamos falando de muitos recursos da própria prefeitura, não estamos falando de pouca coisa e nós estamos falando de terceirização de serviços. Quando eu escuto, por exemplo, Jorge, falar em terceirização da área de higienização, por exemplo, eu me lembro do GHC e era a gestão,

acho que era gestão da Dilma, não me lembro quem é que era, acho que era Dilma presidente, que teve a crise das bactérias do GHC e o Fernando Ritter deve lembrar muito bem mas aquilo ali foi total descontrolado de uma terceirizada que estava trabalhando na área da higienização sem controle público, tanto que acabou a terceirização teve concurso público ao setor de higienizadores do GHC. Agora é por concurso, não é terceirizado. Então eu vejo com muita preocupação, essa é a verdade, acho que nós estamos numa situação que eu entendo a lógica de que a combinação entre o Estado e empresas privadas vem a princípio, às vezes é inevitável, eu aceito que ela possa ser inevitável. Senão ia estar defendendo um modelo que não tem nenhuma correspondência na realidade. Mas, o mas é muito grande, quando nós temos governos que não estão tendo uma clara posição transparente em muitos assuntos que envolvem recursos públicos, nós tivemos a Secretaria da Educação desse jeito, então é lógico que a desconfiança aumenta, vocês têm que compreender que a desconfiança aumenta. E quando nós estamos falando de terceirizações na área da saúde mais ainda. E nós tivemos a experiência da solos aqui né, não é que a gente não tem experiência de empresas privadas na área da saúde. Então eu fico muito preocupado com esse tipo de discussão e acho que a cidade precisa se apropriar do assunto antes de um plano com essa envergadura ser posto em prática. Obrigado.

Povo de Porto Alegre que acompanha essa audiência pública, secretária Ana Pellini, secretário Fernando, cumprimentando a vocês, cumprimento todos os demais, Briol também, representando todos os trabalhadores da associação. Eu sinceramente não entendo este projeto, a gente tem hospital que a enfermagem não recebe o piso da enfermagem no básico, a gestão do hospital não fala nada, secretário de saúde não fala nada. O hospital, que, nesse momento, tá superlotado, o secretário não anuncia que vai colocar mais funcionários para atender, a prefeitura tem dinheiro em caixa, mas parece que o dinheiro é para asfalto, que asfalto aparece tira foto e parece que serve para campanha. Outro debate fundamental que tivemos em vários momentos, o hospital poderia sofrer várias reformas pontuais, mas não fizeram porque tem o interesse em negócios. Tratar da Saúde como mercadoria, isto é, uma vergonha secretário Fernando e o Dr. Cincinato, sinceramente, eu não esperava vê-lo nessa bancada, não esperava vê-lo como servidor de carreira coadunar com o processo de, na verdade, privatização, podemos chamar de outro nome, mas é entregar para a iniciativa privada e a gente sabe o que está acontecendo já com a parcela que é por

Jonas Reis - Vereador

empresa contratada. Os funcionários não ficam, são transitórios saem e entram toda hora porque não tem carreira, não tem um plano, não tem um incentivo - a gente perde cérebros para outros locais e como é que fica o vínculo? Não acontece. Vocês que estão fazendo essa gestão lá, são vocês dois: o diretor presidente do Hospital e o secretário de saúde. E eles não falam nada sobre isto, este é o problema da cidade neste momento, faltam funcionários no hospital e vocês vêm aqui dizer que vão construir 600 milhões de reais para construir um novo, vai aparecer o dinheiro. Para pagar o que devem aos trabalhadores do hospital que estão neste momento carregando hospital nas costas, quase 30% de inflação, esse governo não faz a reposição inflacionária, João Ezequiel. Isto é um escândalo uma câmara de vereadores receber esse tipo de audiência. Eu como Vereador me envergonho, não tenho como ter outra posição diante disso. Uma Prefeitura que tem uma dívida com os funcionários que dão o sangue pelas crianças, pelas mães, pelas gestantes. E aí a gente não tem o reconhecimento dos funcionários, mas vai aparecer dinheiro para transformar saúde em mercadoria. São as escolhas políticas, isto é, de lamentar, mas mais do que isso tem algumas coisas que precisam ser adequadas imediatamente, por exemplo, espaços de repouso isso é imediato, existe uma lei de descanso dos funcionários, isso não tá sendo cumprido dentro do hospital, vamos cumprir já! Convido vocês a isso, a olhar a legislação, a cumprir ela e por fim dizer o seguinte: toda vez que meteram lucro dentro da saúde não deu certo. Vocês viram os escândalos que deu ali em Canoas? Vocês acompanharam os escândalos que deu na prefeitura de Canoas? Secretário Fernando, me pergunto se o senhor leu as páginas dos jornais, dos escândalos do privado em Canoas? E aí querem trazer mais uma vez o privado para a gestão aqui nesta cidade, o que me envergonha como Vereador. Tivemos a primeira secretária presa e é do governo Melo, um mega empresário que fazia negócios com a educação, foi preso, assessoras foram presas e a gente vai lá e bate palma pro privado. Eu não bato, mas parece que o governo Melo está agarrado com aquilo que não é público e eu só posso aqui lamentar de ver que pessoas que diziam defender o serviço público agora defendem que a saúde deve ser mercadoria. Tomara que o povo de Porto Alegre veja isso que está acontecendo, acompanhe cada vez mais, tome ciência de quem defende o SUS público e quem quer transformar o SUS, o dinheiro público, em algo que vai virar cifras em contas privadas E isto, não contem comigo, não contem com este vereador.

Boa noite a todos, boa noite à mesa, obrigado pela oportunidade de

Vinicius Melo - Diretor  
do Sindicato Médico do  
Rio Grande do Sul

estar aqui presente, representando meu sindicato, a classe médica. Bom acho que a minha fala ela vai ter que se dividir em duas partes. Primeiramente, se é em nome da ciência, se é em nome de uma medicina de excelência, se é em nome da Saúde da população, da Saúde da sociedade porto-alegrense e Gaúcha, eu gostaria de parabenizar vocês pelo empreendimento e muito porque, não só eu, mas muitos colegas com quem eu conversei que trabalham lá no HMPV estão muito otimistas para um projeto que vai trazer uma suposta expansão de serviços, um aumento da complexidade e isso eu digo não só aos trabalhadores como também e acho que é muito importante que seja dito e destacado que ali tem um programa de residência médica, tem estagiários de universidades médicas que se capacitam ali, que ganham experiência e segurança para poder cuidar da população porto-alegrense. Então se é em prol dessa capacitação, em prol de uma medicina melhor e maior que vai trazer benefício para a população, o sindicato médico, eu, pessoalmente, sou totalmente a favor. Uma segunda fala e não é de forma alguma para querer ofuscar o otimismo que esse empreendimento pode trazer para nós médicos sobre o ponto de vista técnico, seria dizer que a gente não pode olhar só para a frente e fechar os olhos para o presente. Atualmente a gente sabe que a situação do HMIPV é delicada - no sentido de que, vou dar um exemplo, o inverno tá chegando as emergências pediátricas, a pediatria já se prepara para um SOS - e também não vamos negar que a falta de estrutura e o espaço que já não compartimenta todo o serviço que temos ali, já passou da hora de termos alguma mudança definitiva. A gente também apoia muito essa questão dos vínculos trabalhistas, olhamos com olhos de sindicalistas, obviamente. Queremos médicos celetista, queremos médicos com o máximo de direitos trabalhistas possíveis, o máximo de convenções coletivas sendo respeitadas. Enfim, o médico quando ele tá bem embasado nos seus direitos, ele certamente trabalha com mais segurança e quem se beneficia é a população. Então são dois contrapontos da minha fala, infelizmente não tem muito como a gente negar essa realidade e espero que um empreendimento como este também traga um pouco mais de segurança para a capital, se nós pensarmos que o contexto atual da região metropolitana, do interior do do Rio Grande do Sul é muito delicado sobre o ponto de vista de saúde pública, estamos vendo transições de gestões muito complicadas, serviços que estão extremamente comprometidos ou parados e que isso tudo obviamente, seu secretário sabe muito bem, vem tudo para cá. Então a gente sabe que é um efeito dominó e como eu falei espero que em nome da população, da saúde e da capacitação

dos nossos médicos, esse empreendimento tenha um sucesso.

Obrigado e boa noite.

Uma boa noite a todas e todos, boa noite aos secretários, secretária, secretário, diretor Cincinato, nosso companheiro Marco, diretor geral, Vereador Roberto, Vereador Jonas Reis, mas eu quero saudar aqui principalmente cada servidora e cada servidor da saúde que dioturnamente estão lá na Linha de Frente atendendo a população, muitas vezes nos serviços precarizados e, como já falaram aqui, com os seus salários arrochados. Importante dizer que nós estamos numa luta aí pela Database, para uma luta por uma política salarial digna as servidoras e servidores. Importante dizer aqui secretário e diretor Cincinato, nós temos um diálogo muito respeitoso entre nós, mas tem momentos, e não são poucos, que a gente tem divergências. O que a gente vê aqui neste projeto, a imagem desse projeto é um hospital muito bonito, nem parece um hospital lembra mais um shopping center. O problema é que nós estamos falando aqui de saúde pública e a saúde pública, neste caso, deste projeto o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas está sendo totalmente entregue para iniciativa privada e vamos lá, se a gente ver os números - eu conversava ali com o vereador Roberto - é um alto negócio. Nos primeiros anos a prefeitura entra com 300 milhões de reais, enquanto que a parceirizada com 148 milhões e por aí vai. Nós vamos chegar lá nos 600 milhões de reais, onde a maior parte do valor é do serviço público, ou seja, recursos da saúde pública, da população. Qual é o problema disso aqui gente? O problema é que nós já temos vários e vários exemplos de parcerias público-privadas onde concretamente se abrem as portas para o desvio do dinheiro público e a qualidade do atendimento à população baixa, porque as empresas, obviamente, uma empresa privada, ela busca o lucro. O problema é que a maioria das empresas privadas dentro do serviço público e, neste caso, na saúde pública, elas provocam, elas fazem o desvio do dinheiro público. Pagam salários miseráveis aos trabalhadores e às trabalhadoras e baixam a qualidade no atendimento à população. Eu quero aqui dizer pra vocês que nós temos um professor Doutor em saúde pública muito conhecido, Alcides Miranda, o qual participou de um estudo do seis da Fiocruz onde mais de oito universidades fizeram um estudo no Brasil e comprovaram que as PPPs, as OSCIPs, as organizações sociais dentro da saúde pública causaram grande prejuízo ao erário público em vários estados, em várias cidades. Nós agora há pouco tivemos esta crise que foi no hospital cardiologia onde trabalhadoras e trabalhadores foram demitidos em Alvorada, Cachoeirinha e Viamão e agora nós estamos cobrando do Governo do Estado que garanta as rescisões dos trabalhadores. É uma

João Ezequiel -  
Sindicato dos  
Municipários de Porto  
Alegre (SIMPA)

vergonha são inúmeros exemplos de como funcionam essas PPPs e agora o governo Melo vem aqui nos dizer que vai tocar para frente a entrega do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e secretário municipal de saúde, Diretor Cincinato, vocês me desculpem, mas neste projeto não há nenhuma garantia de que os Servidores Municipais de Porto Alegre estarão lá neste novo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Não há aqui nenhuma garantia, aliás, o atual Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, hoje tem lá a terceirização em várias unidades através da PUC, portanto, como que hoje a PUC avança lá no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e vocês vem nos dizer aqui que vai ser garantido os servidores lá. Não é verdade, secretário! O senhor sabe disso, vamos nos respeitar aqui, a gente tem divergências, respeita a vocês, mas vamos falar a verdade pro povo de Porto Alegre e também pros servidores. Não há garantia nenhuma de que nenhum servidor vá para esse hospital. E pior ainda, os valores que nós falamos aqui, esses 600 milhões, podem anotar aí, não vai ficar nesse valor. Sabe por quê? Porque as PPPs têm ao longo da sua concessão, elas apresentam os aditivos, os benditos aditivos, que é o seguinte: ao passar 10 anos, escrevam aí, esta empresa que ganhar a licitação vai solicitar ao serviço público municipal, ao gestor municipal, aditivos e esse valor de 600.000, melhor, 600 milhões é mais de meio bilhão de reais, esse valor vai subir muito, portanto é por isso, nós somos contra as terceirizações, concessões, parcerizações e qualquer forma de entrega da saúde pública para a iniciativa privada. Não a terceirização, não a PPPs, muito obrigado.

Boa noite a todos, todos da mesa, aos vereadores presentes e quero fazer uma saudação especial aqui aos trabalhadores que se encontram também no plenário. Eu quero referenciar uma questão em relação ao Hospital Presidente Vargas que, desde o período de 90, desde a década de 90, muitas lutas, nós, trabalhadores, e a comunidade de Porto Alegre fizemos por dentro do Conselho Municipal de Saúde, mas também por dentro do Hospital Presidente Vargas, na defesa dos serviços públicos e de qualidade, porque o Hospital Presidente Vargas surge em 1953, como um hospital geral e depois ele passa a ser materno infantil e no ano de 2000, ele foi municipalizado. Então lá nós temos na composição dos trabalhadores os servidores do Ministério da Saúde e servidores daqui do município de Porto Alegre. E agora, com a entrada mais recente dos trabalhadores da fundação universitária PUC né. Eu queria colocar aqui que aquela luta que nós desenvolvemos durante todo esse período foi na defesa daquele

Dinara del Rio -  
Sindicado dos  
Trabalhadores Federais  
em Saúde e Previdência

hospital e nós hoje não nos privamos de dar continuidade a essa luta. Nós encontramos nas parcerias público privadas a privatização descarada apresentada nesse momento, porque nós dizemos foi com as organizações sociais, mas foi acima de tudo, com a questão das parcerias público privadas. Ora, vejamos, se o hospital está precisando de reparos, se o hospital está precisando de contratação de pessoas, por que não usar esses valores que foram apresentados aqui para dar continuidade e para que o município de Porto Alegre se colocasse de manter o hospital funcionando adequadamente como merece o atendimento à população de Porto Alegre? Então eu até poderia citar aqui outras perguntas, poderia colocar perguntas mas quero me deter que nós precisamos sim, aí eu convido aqui toda a população de Porto Alegre e aí vamos chegar em algumas entidades e também pelos conselhos, para que a gente possa fazer um debate mais amplo sobre isso, mas no sentido de organizar para que a a Secretaria Municipal de Saúde, o governo Municipal, governo estadual e o governo federal encaminhem sim as verbas necessárias para ser colocada onde deve ser colocado, que é na na saúde. Nós precisamos de fazer a revogação da emenda 95 que coloca a questão das verbas para saúde. Aqui em Porto Alegre nós precisamos ver que dentre esses 300 milhões só destinado pela prefeitura, não vamos nem contabilizar das parcerias públicas privadas, mas que a gente possa ter - e eu acho que aí precisamos fazer um debate aqui com a câmara de vereadores, para que a gente possa encaminhar que esses valores que tá destinado pela prefeitura para as parcerias públicas privadas, que seja diretamente para o setor público da saúde. Aqui em Porto Alegre, nós temos e aí já foi dito pelo Conselho Municipal de Saúde, que é de 135 unidades básicas de saúde, só cinco estão gerenciadas, só cinco estão mantidas pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Município de Porto Alegre. Então é vergonhoso isso que a gente vem falar aqui, eu me sinto bastante desconfortável em relação à privatização da Saúde porque nós somos defensores da saúde pública e de qualidade. Os trabalhadores estão desassistidos e a população também está desassistida com essa proposta que agora vem pela Secretaria Municipal de Saúde. Então eu ficaria por aqui, poderíamos fazer perguntas, mas nem quero fazer questionamento, porque na verdade a gente tem lá a capacidade, qual é a capacidade de leitos hoje e o hospital tem história, então não dá para ser tirado de um local para ser colocado em outro local que nós sabemos que é uma ficção. Convenhamos, isso é uma ficção. É uma ficção não existe não podemos cair no conto de que, agora, o prefeito, secretário estão preocupados de manter um hospital lá e por isso que nós

precisamos estar construindo um novo hospital, com tantos hospitais que nós temos aqui em Porto Alegre mesmo que podendo ser direcionado e podendo ser assistido pelo Município de Porto Alegre. A outra questão é o concurso público, como é que vai ser mantido, os trabalhadores que irão formalizar então o conjunto desses trabalhadores no novo Hospital, eu agradeço aí a todos e uma boa noite.

Então, meu nome é Ana Rita, 32 anos na saúde pública. Todos já falaram assim e já contaram as histórias, eu vou dar uma voltada no tempo aqui, para a gente se localizar. Boa noite a todos, boa noite à comunidade que tá assistindo, boa noite aos meus colegas. Nesses 32 anos de saúde eu vi em Porto Alegre fechar Álvaro Alvim, eu vi fechar Maia Filho, Lazaroto, Parque Belém e inclusive trabalhei no Parque Belém e o Hospital Porto Alegre aqui que quase com as portas fechadas. Se formos falar de hotelaria, excelente projeto, só que, para aumentar 28 leitos, nós vamos ter que arcar com 300 milhões logo de cara. A cidade de Porto Alegre tá comemorando o superavit de 243 milhões, nem chega os 300 que nós vamos entregar aí para iniciativa privada. A gente não consegue, o governo Melo diz que não consegue pagar 4,62% do reajuste de 2023 porque nos deve mais de 26% de salário. Não é reposição, é dívida mesmo. É o que foi ficando para trás. A recém conseguiu colocar na cidade o que ele deve junto do Fortunate, os de 2014 que gastaram todo o dinheiro da Copa e deixaram os buracos para nós, para a cidade, para Restinga, para própria Cruzeiro que isso era uma dívida muito feia do Melo, mas já que ele ganhou bastante voto na zona sul, ele tinha mais era que completar essa obra antes de terminar. E então eu fico preocupada é que assim: para pagar servidores nós não temos grana, a gente tá cada vez terceirizando mais para deixar o salário do auxiliar, do técnico cada vez mais baixo porque a terceirizada vai cada vez puxando o salário de quem trabalha, menor, mas de quem ganha, maior. Aí cada vaga terceirizada ganha em torno de 10.000 e o funcionário 1800, é ruim hein. Queremos transformar saúde na CE, a CE é o apagão, não consegue mais falar de CE sem as pessoas terem um pavor, porque a insulina dentro do posto saúde né, porque a insulina dela estraga, porque daí não tem luz, mas os caras continuam ganhando. Não qualificam esse pessoal que tá trabalhando hoje na CE, as pessoas estão morrendo e penduradas nos postes, os cavalos e os cavaleiros estão morrendo com laçado do Fio lá que é energizado e por aí vai, as pessoas já escutaram sobre isso. Eu fico me perguntando, a iniciativa privada gosta muito de parceria pública com o setor público e levar a maior parte do dinheiro e tal. Na covid

Ana Rita - Associação  
dos Servidores  
Municipais da Saúde

alguém viu pobre lá da Restinga entrando no Moinhos de Ventos? É o padrão desse Hospital. Morreram quantas mil pessoas e desceu pro Sul API VIDA, desceu todos esses trilionários que viraram e que tiveram aí e os seus planos vendidos e até a prefeitura comprou, porque o nosso plano agora é o API VIDA. Eu trato um câncer e é bem complicado digo a vocês, eu fugi para o SUS. E se é o SUS que nos sustenta na hora da covid, na hora do câncer e nas piores hora, por que que o dinheiro público tem que ir sempre pra iniciativa privada? Eu quero frequentar um hospital como aquele, mas público e com RH público e que com continuidade de um trabalhador que, como eu, tem 32 anos no SUS e conhece a sua população e conhece a sua população. É interessante, quando um trabalhador vai falar é complicado né, a senhora desculpe secretaria, eu gostaria de falar só mais alguma coisinha, porque quando a gente toca nisso e a covid foi uma coisa que fragilizou porque fragiliza pobres e e ricos, porque daí quando não tem cura, quando não tem o que fazer e nem o dinheiro, aí é o SUS, é o SUS sempre. O SUS dá de vacina a transplante e eu sempre defendi e continuarei defendendo, só que o jeito como vocês estão tratando o SUS, maltratando o SUS e maltratando os trabalhadores e aí o secretário que é concursado, conheci ele ainda lá na Nonoai, é bem complicado o que a gente não tem valorizado e não tem feito valorizar, mesmo como funcionário público, quando se é um gestor, a gente esquece do que foi e do que é ser um trabalhador público do SUS. É o SUS que cuida de vacina à transplante, gente, não é a iniciativa privada. Os caras fogem de pagar um tratamento de câncer, eu fiquei dois meses sem medicação pro câncer, agora há dois meses atrás que o API VIDA não deu, eu comprei certo? Mas é isso que eu tenho para falar, obrigada.

Luís Eduardo – Agente comunitário de Saúde

Boa noite a todos, já a princípio eu vou dizer para estar numa sexta chuvosa, aqui nesse momento não é fácil é sinal de que algo está errado. Sexta-feira, 19 horas, tem que estar discutindo saúde, está muito errado secretário, muito. Boa noite, especial, ao senhor, já foi meu secretário em outras vezes, foi para Canoas, secretário. Senhor deve de assistir o que dá nos meios de comunicações, como é que tá lá Canoas, Alvorada, tudo que tá na nossa volta hoje. Para nós estarmos numa sexta, chovendo, nesse horário aqui debatendo, é sinal que não tá bom, que não tá bom. Não gostaria de estar tomando um vinho em casa? Minha raiva é o mesmo orgulho de trabalhar na saúde e tentar, agora, vender os produtos da Saúde, como fazer? Eu tive uma filha que nasceu dentro Presidente Vargas, por troca de dinheiro no bolso, de orgulho, de que o pobre fica para lá sem se meio pregado e o rico para lá, é diferente. Tem que ter sangue na veia e ser gente. Somos todos humanos, querem vender não sei quantos milhões, mas não paga o décimo, o incentivo do agente comunitário de um salário-mínimo e quer movimentar milhões. Como isso, secretário? Admiro como pessoa, muito mais como secretário antigamente lá na CLC, você sempre foi um homem de palavra, é um homem, mas ta faltando agora, por política, por prazeres, por ganância, pelo que secretário? Quer acabar com o SUS? Quer vender, encher seus bolsos para plano de saúde que o pobre não tem dinheiro para pagar nem o arroz e feijão. Pense bem, pense bem o que estão fazendo com a saúde. Saúde não é querer e nem poder. Saúde é direito. Isso só que eu queria dizer, não precisa os 30 segundos tá. Só, por favor, saúde é dever do Estado e o trabalhador tem que ser digno e respeitado. Não vendam tudo, se for vender, venda a sua alma. Obrigado.

Boa noite, boa noite a todas e todos que nos assistem, boa noite à mesa. Sou Fabiana Sanguiné, sou trabalhadora da Saúde, da enfermagem e trabalho no Hospital Presidente Vargas há pelo menos 12 anos. Acho que eu queria começar a falar, talvez repetir algumas coisas aqui que os companheiros falaram, que a gente tem alguns acordos eu acho entre nós. O Brasil viveu a brutalidade do que foi a pandemia da Covid, foram mais de 700.000 mortes, a gente ainda tá vivendo a epidemia de dengue já são 3 milhões de contaminados e em Porto Alegre a gente tá vivendo, infelizmente, um caos na saúde pública, a superlotação de leitos, chegando a uma superlotação de mais de 200% em alguns locais, chegando a 300% em determinado local. É evidente que o SUS tem uma centralidade fundamental na vida da população, a gente sabe disso, a gente viveu isso nos últimos 4 - 5 anos e vive isso cotidianamente mas nós precisamos falar

Fabiana Sanguiné -  
Servidora da Saúde do  
Hospital Infantil  
Presidente Vargas

também da centralidade da importância da responsabilidade do Estado quando se fala de SUS. A saúde de Porto Alegre é uma realidade que nós vivemos muito bem porque a gente atua lá na ponta, eu sou auxiliar de enfermagem. A saúde de Porto Alegre tá toda entregue já a iniciativa privada, completamente entregue a iniciativa privada. As privatizações se dão por dentro dos setores de trabalho e são inúmeras empresas e a gente precisa dizer que esse desmonte do atendimento e da rede pública de saúde se dá há anos. São inúmeras empresas com diversos vínculos de trabalho e a gente vive essa desvinculação dos vínculos dentro dos setores de trabalho, sobrevivendo a isso para poder atender a população. Posso falar um pouquinho rapidamente as colegas do Presidente Vargas estão aqui, sabem muito bem disso, o quanto a gente luta quando as empresas não pagam o salário dos seus funcionários e a gente fica sem segurança no prédio do hospital, um prédio que é materno infantil e que é referência estadual. E não paga um salário por meses, quando a gente faz vaquinha para comprar alimentos pros trabalhadores terceirizados ou quando as terceirizadas, por exemplo, da alimentação controlam a colher de arroz que vai pro paciente, o copo de água que chega no leito, quando a gente tem que tirar o lixo e a roupa suja, a enfermagem tem que fazer isso, porque a higienização não foi trabalhar porque não tem passagem, porque não tem salário. É isso que significa a terceirização nos locais de trabalho. É mentira que os governos dizem que se trata de qualificação do atendimento à população, porque o Moinhos de Vento e a PUC não vão lá na periferia levar a estrutura do Moinhos de Vento e da PUC. Eles vão super explorar as relações de trabalho, os seus trabalhadores, retirando direitos, retirando salários, muitas vezes sem a condição mínima de trabalho e é assim que nós estamos trabalhando tanto os estatutários são afetados, quanto os trabalhadores terceirizados. E PPP, parcerização, é um nome bonito para a nova privatização dos serviços públicos, a privatização do Hospital Presidente Vargas é o que vai acontecer com essa palavra bonita, parcerização, é a entrega total da gestão, da administração, da manutenção do hospital que era público e nós estamos vivendo há poucos anos 1 - 2 anos de um governo que tinha projeto de cobrar o SUS da população. Nós estamos vivendo a realidade em que toda a saúde pública foi entregue para as empresas privadas que visam lucro e não qualidade no atendimento e não bom atendimento para a população periférica. Visam lucrar com a saúde pública de Porto Alegre e com o serviço público do país inteiro. Eles não vão lá para atender bem a população pobre, eles estão lá para lucrar com tudo que eles puderem do Estado.

Eu vou pedir um tempinho à mesa porque eu sou trabalhadora do Hospital Presidente Vargas, eu acho que eu sou a única trabalhadora do hospital que tá presente aqui muitas estão nos assistindo e a gente vive isso na pele. Nós temos falta de tudo: de condições de trabalho, de relações de trabalho e os terceirizados também. Não existe nenhuma garantia que os estatutários vão para esse prédio, muito menos os terceirizados que não têm direito algum dentro daquele Hospital. Isso é a precarização completa das relações de trabalho, privatização de um hospital público que é histórico no Estado do Rio Grande do Sul. Precisamos sim de muita organização, muita luta, muita unidade da classe trabalhadora para barrar a privatização da saúde em Porto Alegre, do Hospital Presidente Vargas e do serviço público como um todo no estado, mas nenhuma confiança eu quero falar com quem tá aqui presencialmente, mas com quem tá em casa nos assistindo, nenhuma confiança que seja por este espaço. Aqui nós temos no Parlamento representantes do MDB, do governo Melo que tá um projeto de Entrega Total da cidade completa, não escaparam nem os parques públicos. É a saúde, é os parques é o transporte é a educação é a entrega total para os seus amigos empresários que vão financiar sua campanha, mas também temos representantes do Eduardo Leite, que entregou a CE Equatorial e virou o caos que virou. E para o PT, preciso dizer a PPP é legislação do governo Lula e isso é uma vergonha, os companheiros do PT e seus aliados que estão aqui, exijam do governo a revogação da legislação que dá amparo a essa barbaridade à saúde pública em Porto Alegre e entrega dos serviços. Pela reestatização da saúde em Porto Alegre, reestatização da CE, revogação total das PPPs.

### **Perguntas a serem respondidas no Relatório da Audiência Pública**

Todos os questionamentos recebidos durante a Audiência Pública foram respondidos pela Mesa Diretora.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Rosa da Silva, Servidor Público**, em 07/06/2024, às 10:53, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **28915301** e o código CRC **27B723D3**.

